



University of
Salford
MANCHESTER

Excelência, relevância e a universidade o missing middle do envolvimento socio económico (Excellence, relevance and the university: the missing middle in socio-economic engagement)

Perry, B and May, T

Title	Excelência, relevância e a universidade o missing middle do envolvimento socio económico (Excellence, relevance and the university: the missing middle in socio-economic engagement)
Authors	Perry, B and May, T
Publication title	Sociologia Problemas e Praticas
Publisher	Celta Editora
Type	Article
USIR URL	This version is available at: http://usir.salford.ac.uk/id/eprint/9623/
Published Date	2008

USIR is a digital collection of the research output of the University of Salford. Where copyright permits, full text material held in the repository is made freely available online and can be read, downloaded and copied for non-commercial private study or research purposes. Please check the manuscript for any further copyright restrictions.

For more information, including our policy and submission procedure, please contact the Repository Team at: library-research@salford.ac.uk.

EXCELÊNCIA, RELEVÂNCIA E A UNIVERSIDADE O *missing middle* do envolvimento socioeconómico

Beth Perry e Tim May

Introdução

A condição da ciência como elemento central na vida política, económica e social contemporânea tem sido largamente reconhecida (Turner, 2003). Tem sido defendido que as fronteiras entre ciência, sociedade, política e cultura estão crescentemente sobrepostas, conduzindo uma desdiferenciação entre áreas anteriormente segmentadas de política e acção (Lyotard, 1989; Gieryn, 1999). Tal posição reflecte a permeabilidade epistémica das fronteiras disciplinares e uma discussão sobre o que conta como empreendimento científico (Knorr-Cetina, 1999). Em consequência, a ciência está cada vez mais sujeita às pressões já sofridas por outras áreas que são objecto de políticas públicas. Isto é particularmente agudo no contexto de uma economia política internacional em transformação, marcada por processos simultâneos de globalização e regionalização. Neste aspecto, em paralelo com uma mudança de escala nas políticas de ciência e de ensino superior, ocorreu uma reconsideração da justificação e aplicação da ciência. A ciência é tão valorizada em termos das suas qualidades de conferência de prestígio como pela sua capacidade de conduzir a resultados directos nos planos económico e social. Todavia, o debate excelência/relevância desenrola-se de forma acrítica através de uma dicotomia global/local, reflectindo desta forma uma viragem em direcção a um paradigma neoliberal de ciência e de ensino superior, face ao qual as diferenças nacionais e regionais aparentemente desaparecem em favor de forças globais abstractas. Apesar de as várias culturas de investigação nacionais e regionais conduzirem a diferenças nas abordagens de política, as pressões no sentido da convergência acabam por se sobrepor às pressões no sentido da heterogeneidade.

Para as universidades, as consequências são de longo alcance. Ao contrário do que é proposto nos relatos de decadência e deslegitimação (Readings, 1996; Smith e Webster, 1997), não é a existência ou valor da universidade *per se* que é posta em causa. No entanto, tal não se deve a uma qualquer defesa da universidade como espaço de reflexão ou de contraponto ao frenesi dos imperativos socioeconómicos (May e Perry, 2006a). Pelo contrário, certas universidades são muitas vezes beneficiárias de uma visão dominante e acrítica que coloca a excelência científica como o Santo Graal das políticas de ciência e que ignora as questões da justificação, legitimação ou aplicação. O que está em causa é a natureza do sistema universitário e as questões emergentes da posição, do poder e da hierarquia. A diversificação da missão das universidades tem sido acompanhada por uma estratificação da ordem universitária na qual as universidades se comparam através de tabelas classificativas internacionais de excelência na investigação. Esta luta por posições em relação a desafios e oportunidades externas tem implicações profundas na forma como os

diferentes tipos de conhecimento e de saber pericial são vistos, valorizados, promovidos ou ignorados.

O resultado é uma economia político-científica internacional que tende para a competição e para a concentração e que deixa de lado as questões da distribuição ou da equidade. Esta ordem global, caracterizada pelo que é visto como comércio livre — e não justo — e pela suposta inviolabilidade das leis de mercado, invadiu o domínio da ciência, da investigação e do ensino superior. O sucesso económico depende da posse, mercadorização e exploração de formas particulares de conhecimento. Algumas epistemologias são promovidas em vez de outras — de que são exemplo as áreas disciplinares que se distinguem pela proposta de soluções simplistas, apresentadas como remédios instantâneos para o problema do desenvolvimento. Todavia, existem também oportunidades para uma re ligação entre produção e aplicação do conhecimento que possibilite um envolvimento das universidades na sociedade que seja relevante para cada um dos diferentes contextos.

O presente artigo tem por base uma pesquisa sobre políticas regionais comparadas de ciência e de envolvimento de universidades no Reino Unido, França, Alemanha e Espanha, levada a cabo entre 2003 e 2006 no âmbito do programa “Science in Society” do *Economic and Social Research Council* do Reino Unido.¹ Realizaram-se mais de 150 entrevistas semidirectivas a dirigentes de universidades e decisores políticos responsáveis — a nível europeu, nacional e regional — por áreas como a ciência e investigação, o ensino superior, a competitividade económica e o desenvolvimento regional. Em complemento, foi efectuada uma análise documental exaustiva aos textos de enquadramento da acção política nestas áreas em diferentes contextos nacionais e subnacionais. Este trabalho não pretende constituir-se como obra de referência sobre as particularidades dos diferentes contextos — embora a nossa pesquisa não seja de todo caracterizada por uma ausência de sensibilidade a tais contextos (May, 2005). Em vez disso, concentramo-nos nas implicações da investigação científica para uma economia política internacional em transformação e para um paradigma de desenvolvimento mais abrangente, bem como nas lições que podem ser retiradas da consideração dos diferentes contextos — em contraste com uma imposição de soluções uniformes.

O artigo está organizado em três secções. Em primeiro lugar, discutimos as implicações da reestruturação do espaço e da escala da governação da ciência e do ensino superior e apresentamos um panorama dos desenvolvimentos recentes nas políticas que ilustra estas tendências. Em segundo lugar, apresentamos uma crítica da dicotomia entre excelência e relevância que surgiu em consequência de tal reestruturação. Esta crítica é inserida no contexto do debate mais vasto sobre convergência e divergência no contexto das diferentes abordagens das políticas públicas e culturas de investigação. Em terceiro lugar, discutimos as suas implicações para a universidade enquanto lugar crucial na produção de conhecimento e para a ordem global emergente do ensino superior. Discutimos também nesta secção problemas conceptuais decorrentes da

1 Este artigo parte das principais conclusões do projecto “Building Science Regions in the European Research Area”, decorrido entre 2004 e 2006. Os autores agradecem o apoio do programa “Science in Society” no financiamento deste trabalho.

crescente especialização a que se assiste, quer entre instituições, quer dentro das disciplinas científicas — sendo que entendemos sempre por “ciência” o conhecimento no seu sentido mais lato, incluindo as ciências sociais, as artes e as humanidades. Concentramo-nos, por um lado, na identificação de experiências passíveis de disseminação e, por outro, na sinalização de oportunidades — especialmente em relação ao papel das universidades como motores do desenvolvimento económico a nível regional e nacional — através da consideração do *missing middle* entre os contextos de produção do conhecimento e os contextos da sua aplicação.

A economia política internacional da ciência, investigação e ensino superior: a globalização e a economia do conhecimento

Os autores na área dos estudos urbanos e regionais têm sublinhado a importância da mudança de escala na autoridade estatal e do desenvolvimento de uma economia do conhecimento como duas das características mais marcantes do mundo contemporâneo.

Em primeiro lugar, os trabalhos sobre transformações nas formas e escalas de governança no contexto de tendências de globalização e regionalização têm chamado a atenção para a crescente importância, para os processos políticos e económicos, de um conjunto de actores subnacionais cada vez mais diverso — com todas as implicações decorrentes para o estado-nação (Borras-Alomar, Christiansen e Rodriguez-Pose, 1994; Brenner, 2004; Storper, 1995).

Assistiu-se nos últimos vinte anos, por toda a Europa, a processos de transferência de autoridade, processos esses que pressupõem a escala subnacional como a mais apropriada para lidar com problemas como a responsabilização democrática e a competitividade económica. Todavia, paralelamente a estes processos, verificou-se igualmente um conjunto de transformações — muitas vezes não pretendidas — nas formas de governança (Le Galés, 1998); no contexto europeu, as competências em matéria de autoridade e decisão deslocaram-se tanto para instituições supranacionais como — de acordo com conceitos como o de subsidiariedade — para um nível subnacional, resultando num sistema caracterizado por alguns autores como de governança em múltiplos níveis (Bache e Flinders, 2004; Jeffrey, 2000; Marks, 1993). Não é aqui nosso objectivo explorar detalhadamente este debate; pretendemos tão-só deixar claro que os actores supranacionais e subnacionais estão a adquirir uma influência e uma legitimidade crescentes para agir em áreas que ultrapassam as suas competências formalmente estabelecidas — contribuindo assim para os debates sobre o fim do estado-nação (Ohmae, 1995). Entre os actores subnacionais relevantes podem incluir-se organismos regionais democraticamente eleitos, agências regionais de promoção do desenvolvimento económico, autoridades metropolitanas e interurbanas e autarquias. De referir que retivemos os termos “regional” e “subnacional” na sua acepção francesa para designar estas *collectivités*,² não deixando com isto de reconhecer a existência de um debate aceso — até entre os vários níveis subnacionais — sobre a escala de governança apropriada para cada domínio das políticas públicas.

Em segundo lugar, o paradigma da “economia do conhecimento” que, em muitos países ocidentais, enquadra retoricamente as políticas públicas, destaca cada vez mais o papel da ciência, tecnologia e inovação (CTI) como factor fundamental para a competitividade económica e para a criação de riqueza. As análises sobre a validade e o valor desta suposta mudança paradigmática são divergentes. Para alguns autores, a economia do conhecimento representa uma nova fase do capitalismo ou da economia pós-industrial (Castells, 2002; Drucker, 1998; Jessop, 2002). Para outros, é um conceito destituído de conteúdo, mal definido e mais vistoso do que substantivo (Hellstrom e Jacob, 2000; Luque, 2001; Scarborough, 2001). No entanto, tais debates conceptuais e teóricos são, em grande medida, irrelevantes. As políticas públicas desenvolvem-se a um ritmo mais acelerado do que as construções teóricas e empíricas, avançando com base em suposições e investindo em tentativas de imitação daquilo que é percebido — em vez de demonstrado de forma sustentada — como boas práticas. Esta ligação entre ciência e desenvolvimento económico conduziu a uma indefinição dos domínios de intervenção pública: a política científica é cada vez mais complexa (de la Mothe, 2001a) e ligada com a inovação e processos — a um tal ponto que, segundo alguns autores, as políticas de ciência, investigação e inovação são sinónimas (Gibbons, 2001). Como resultado, assiste-se a um reforço mútuo da relação entre governança regional e política de ciência. As regiões estão a tornar-se escalas de charneira para uma promoção do desenvolvimento económico e da competitividade baseada na inovação e excelência científicas. Por outras palavras, a economia política internacional da ciência e do ensino superior é caracterizada tanto por uma mudança de escala como por uma reconsideração do papel da ciência.

Mudança de escala e reconsideração do papel da ciência

Ocorre actualmente na Europa uma regionalização generalizada — ainda que muitas vezes não intencional — das políticas para a ciência, a investigação e o ensino superior. O Reino Unido constitui um exemplo extremo deste fenómeno, tendo passado, a partir do final da década de 90, de um sistema centralizado para uma estrutura de governança do ensino superior assimetricamente transferida na Escócia e no País de Gales.³ Desde 1999 todas as nove Agências para o Desenvolvimento Regional inglesas criaram *Conselhos de Ciência e Indústria*, juntando actores académicos, económicos e governamentais com o fito de ancorar a ciência e a investigação em objectivos socioeconómicos regionais mais vastos. Mais recentemente, foram designadas seis “Cidades da Ciência” pelo Ministério das Finanças,⁴ pretendendo-se que liderem o Reino Unido em termos de inovação e

2 Em francês no original (N. do T.).

3 Esta estrutura é caracterizada por um sistema de financiamento duplo, em que o financiamento por projectos é atribuído pelos *Research Councils* através de concursos nacionais, sendo a atribuição de financiamento institucional e relacionado com a qualidade definida no interior de cada território autónomo.

competitividade. Também em França o sistema de investigação e inovação centralizado — ou colbertiano — sofreu profundas alterações (Mustar e Laredo, 2002), sendo as *collectivités* actores cada vez mais importantes no financiamento e definição das prioridades de política — nomeadamente através do *contrato de projecto estado-região*, um processo de planeamento que envolve o estado central e as regiões. O caso da Alemanha é diferente, pois os dezasseis governos regionais — os *Länder* — detinham já a maior parte da responsabilidade sobre o ensino superior — através do financiamento das universidades — e partilhavam responsabilidades com o governo federal em determinadas áreas da política de ciência e do financiamento da investigação científica. Todavia, os *Länder* viram as suas responsabilidades sobre o ensino superior aumentadas em virtude das reformas do estado federal levadas a cabo recentemente. Tanto em França como na Alemanha, as políticas de *cluster* tiveram efeitos espaciais significativos, procurando criar aglomerados de massa crítica que superassem o hiato entre investigação e indústria. Dada a natureza assimétrica do sistema espanhol, as competências na área da ciência e tecnologia variam de região para região (Sanz-Menendez e Cruz-Castro, 2005). Um exemplo frequentemente referido de desenvolvimento de competências regionais é o da criação, pelo governo catalão, da Comissão Interministerial para a Investigação, Inovação e Tecnologia e de uma série de planos de investigação regionais (Charles, Perry e Benneworth, 2004; Dresner, 2001).

Subjacentes a estas mudanças estão um conjunto de diferenças em termos de catalizadores e dinâmicas. Com efeito, é possível reconhecer uma certa convergência entre as posições dos actores subnacionais, à medida que os actores locais e regionais vão reconhecendo a necessidade de utilização de recursos de conhecimento endógenos como pré-condição para o desenvolvimento socioeconómico e de promoção de “meios inovadores” e “clusters criativos” (Florida, 2002; Simmie e outros, 2002). As lógicas de envolvimento subnacional com a CTI são moldadas por um conjunto de preocupações (Perry e May, 2006). A ciência é um agente *físico* para atingir objectivos não científicos, como a requalificação de zonas urbanas industriais ou desfavorecidas. A ciência possui também um valor *simbólico* em termos de investimentos realizados em áreas centrais, suportando a reconstrução de identidades regionais. Pode servir como catalisador para a *atração* de mais recursos ou constituir-se como agente *transformacional*, concebido para concretizar objectivos socioeconómicos.

Ao mesmo tempo, o sentido da pressão para o reforço das políticas regionais de inovação e ciência difere entre os vários países. No Reino Unido estas pressões surgem principalmente de baixo para cima, verificando-se uma certa relutância da parte das instituições nacionais em acomodar o apetite crescente das regiões no que respeita à ciência e tecnologia. O entusiasmo generalizado dos actores subnacionais é alimentado tanto pela retórica da economia do conhecimento como pelas questões mais amplas da superação das assimetrias entre as regiões mais ricas e as regiões mais desfavorecidas em termos de produtividade e crescimento (Charles e

4 Trata-se das cidades de Bristol, Nottingham, Birmingham, Newcastle, Manchester e York.

Benneworth, 2001). Em França predominam as pressões de cima para baixo, com um reconhecimento crescente — ainda que variável — da CTI e do ensino superior como domínios legítimos de intervenção por parte das regiões. Os processos de aumento de capacidade e de constituição de *clusters* são motivados, no plano nacional, pela necessidade de novos instrumentos para a intervenção estatal e pelas restrições sobre as finanças públicas e necessidade consequente de angariação de co-financiadores. Na Alemanha, pontificam questões de conveniência política, com as decisões sobre a governança da ciência, investigação e ensino superior a serem integradas em debates mais vastos sobre a reforma do estado federal; por sua vez, em Espanha as questões culturais têm um peso considerável no âmbito de processos mais vastos de construção de identidades e de posicionamento global/regional. Em qualquer dos casos, a regionalização das políticas de ciência, investigação e ensino superior raramente é motivada por considerações relativas à produção do conhecimento científico, à adequação de escala ou à importância do contexto; pelo contrário, um conjunto complexo de questões económicas, políticas e culturais interage entre si, influenciando e modelando a governança da política de ciência.

Em consequência, a governança da política de ciência é cada vez mais contestada. Entramos aqui nos debates sobre as noções de produção, justificação e aplicação científicas (Gibbons e outros, 1994). Por um lado, o surgimento de uma política de ciência regional tornou visíveis as limitações de uma defesa do processo de decisão científica como um processo objectivo. A ciência está profundamente integrada no tecido das sociedades e das economias modernas (de la Mothe, 2001b) e encontra-se no centro das decisões sobre ambiente, saúde, assistência social e segurança (Stehr, 2004). O processo de decisão na política de ciência nunca foi imune às pressões políticas, mas a variedade de actores envolvidos na formulação, financiamento e implementação de políticas de ciência e inovação híbridas contribuiu para a erosão ainda maior de uma noção de objectividade científica já de si frágil e contestada (Williams, 2005). O debate sobre a localização de instalações científicas de grande dimensão é disso um bom exemplo (Perry, 2006). Por outro lado, a política regional de ciência pode ser vista como característica do debate excelência/relevância. Os desenvolvimentos teóricos dos estudos em ciência e tecnologia introduziram mudanças fundamentais nos critérios utilizados para a produção, justificação e aplicação — expressas nas noções de “relevância”, utilidade social e instrumentalismo económico (Nowotny, Gibbons e Scott, 2001). De acordo com estas perspectivas, a ciência adquire valor tanto pelos benefícios como pela sua capacidade de conferência de prestígio — com uma ênfase crescente na investigação aplicada e na inovação. Tanto a excelência como a relevância são noções contestadas; a questão aqui é como estes conceitos são utilizados na prática pelos diferentes discursos de política.

Excelência, relevância, convergência e divergência

De um ponto de vista conceptual, a interdependência e a contextualidade da excelência e da relevância são questões complexas. Quanto à interdependência, o

estabelecimento de uma relação dicotômica apresenta-se como um caminho estéril — a excelência pode ser relevante e a relevância pode ser excelente, independentemente das fontes de financiamento ou das áreas disciplinares consideradas. Importa então considerar igualmente uma dimensão normativa e temporal. A imprevisibilidade do trabalho e dos avanços científicos tem sido sublinhada e uma “restrição do campo de pesquisa” (Ziman, 1994) apenas limita o potencial para futuras inovações. Nenhuma actividade prospectiva consegue identificar a relevância a longo prazo da investigação científica, para além dos imperativos políticos ou económicos de curto prazo. A própria relevância é caracterizada por uma grande flexibilidade interpretativa, englobando aspirações e objectivos tão distintos como a criação de riqueza, a inclusão social, o debate cívico e a diversidade cultural. Debates conceptuais como estes relacionam-se de forma clara com questões fundamentais sobre quem decide e quem beneficia.

Se contrastarmos o *continuum* excelência/relevância com os graus de contextualização (local/global), é possível identificar quatro discursos distintos — embora não mutuamente exclusivos (cf. figura 1). A *excelência descontextualizada* pode ser vista como uma acepção tradicional de excelência não espacial e global em que os processos de produção do conhecimento estão separados dos contextos em que são produzidos. O saber pericial é assumido como altamente móvel, com os fluxos de investigadores e estudantes seguindo — e assim melhorando — a qualidade existente, que é aferível através de tabelas classificativas ou *rankings*. A qualidade é assim o único critério de relevância, sendo as questões redistributivas — tanto entre países/regiões como entre instituições ou áreas disciplinares — tidas como irrelevantes. Desta perspectiva decorre uma política de ciência que valoriza o auto governo, a selectividade e a concentração de recursos em centros de excelência já existentes, complementados por esforços no sentido da atracção e retenção, num contexto internacional, do melhor pessoal académico e dos melhores estudantes.

O corolário desta perspectiva é a *relevância competitiva*. Uma interpretação descontextualizada da relevância enfatiza a aplicação da CTI a determinados problemas económicos e sociais e a determinadas prioridades estratégicas como um requisito para o sucesso global. Um bom exemplo a este respeito é a valorização da biotecnologia, da nanotecnologia e do estudo do genoma; este tipo de pesquisa pode ser “aplicado” no campo da saúde, mas os seus benefícios não são recolhidos por nenhum grupo ou comunidade em particular; em vez disso, a comercialização das tecnologias resulta na vantagem competitiva de alguns indivíduos ou empresas. Este discurso conduz a políticas que se centram sobre as questões da propriedade intelectual, das ligações entre a universidade e a indústria e da inovação orientada para os objectivos das empresas — mas excluindo o contexto, seja como factor contributivo, seja como beneficiário potencial. Em termos financeiros, a obtenção de financiamentos provenientes da indústria ou das actividades de consultoria é vista como estando em plano de igualdade com o financiamento académico enquanto indicadores de qualidade. Outra característica destas políticas é a ênfase num maior controlo da direcção da investigação científica, orientando-a no sentido da criação de riqueza ou da



Figura 1 A contextualização da excelência e da relevância

resolução de “problemas” globais — como o cancro — em detrimento da distribuição de riqueza. Uma das suas consequências pode ser igualmente a concentração de recursos em determinadas localidades ou instituições.

O discurso da excelência contextualizada destaca os benefícios indirectos da ciência e da tecnologia para determinados espaços e locais. Este ponto de vista não implica uma crítica dos critérios que são geralmente apresentados para determinar a distribuição do investimento científico, mas aceita a existência de uma dimensão espacial na excelência. Esta aceitação não se refere a mudanças nos processos de produção do conhecimento, mas antes à possibilidade de se tirar partido dos produtos e instituições de conhecimento tendo em vista benefícios territoriais. O saber pericial é ainda tido como móvel, mas é concedida maior importância ao papel dos ambientes específicos enquanto influenciadores desta mobilidade. As políticas centram-se na atracção de equipamentos, de pessoal, estudantes ou equipamentos de “classe mundial” — através da criação de enquadramentos favoráveis — e baseiam-se em pressupostos sobre os benefícios indirectos que daí advêm, sem necessariamente considerar os mecanismos necessários à sua concretização. Poderão dirigir-se esforços para a capitalização da presença de instituições científicas enquanto catalizadoras e agentes da regeneração e recuperação de espaços físicos nas localidades particulares. Poderão ainda existir parcerias entre os dirigentes das universidades e os parceiros locais, mas com um impacto limitado nas actividades quotidianas dos académicos.

Se a excelência contextualizada se preocupa com a extracção e a atracção, a *relevância contextual* refere-se à criação e definição da excelência e do saber pericial. A ênfase é aqui colocada tanto sobre os processos de produção de conhecimento como sobre a exploração de produtos particulares. É notória a atenção dada ao que se passa no interior das instituições científicas no que respeita à definição de prioridades e agendas científicas genuinamente co-produzidas. No plano nacional,

a distribuição dos recursos científicos de acordo com os seus efeitos sobre o desenvolvimento económico poderá assumir um maior peso. Por sua vez, as agendas de formação, aquisição de competências e de alargamento da participação adquirem uma maior importância dentro dos processos mais vastos de transferência do conhecimento, passando a compreender não apenas um modelo de disseminação linear mas também colocações, estágios e incentivos ao pessoal académico para que despenda determinados períodos temporais noutros sectores. Poderá igualmente assistir-se a uma ênfase em aplicações derivadas, mas aqui retendo os seus impactos sobre grupos particulares — em vez de números abstractos — como indicador de sucesso. As políticas centram-se tanto sobre a questão da ligação entre a investigação — tanto pública como privada — e a indústria como sobre problemas de inclusão social ou de oportunidade económica. O facto de este discurso surgir como o oposto da excelência descontextualizada não implica que a qualidade não seja tida como importante, mas antes que ela é avaliada de acordo com um conjunto mais vasto de critérios científicos, sociais, económicos e políticos. O que está em causa é, por um lado, os valores que informam os processos de decisão e, por outro, o problema da concretização na prática dos benefícios da CTI. Neste aspecto, é aqui que encontramos o maior desafio ao *status quo* no que respeita às questões da justificação, legitimação e aplicação.

Importa reconhecer que a tipificação acima efectuada exagera deliberadamente as diferenças entre os discursos, de forma a salientar o tratamento dado ao contexto em cada um deles. Com efeito, verificam-se na prática vários cruzamentos entre os discursos, com coexistência de lógicas distintas para o investimento científico e para a sua distribuição pelas várias escalas. De facto, não existe uma correlação simples entre os níveis de governança e os discursos. Em Inglaterra, nem os organismos governamentais nacionais nem as agências de financiamento tendem a considerar o contexto, enquanto que em França e na Alemanha se assistiu ao surgimento de discursos híbridos, onde uma preocupação tradicional com a equidade e redistribuição sociais convive com o reconhecimento da necessidade de estratégias mais competitivas no quadro da actual economia global. Por exemplo, os *pôles de compétitivité* franceses têm como objectivo aumentar a competitividade de todas as regiões; no entanto, são oferecidos recursos adicionais aos mais bem sucedidos. A abordagem federal na Alemanha também combina políticas de concentração — como a actual iniciativa *Excellenz* — com políticas mais dirigidas ao desenvolvimento das capacidades de inovação dos *Länder* orientais.

Ao mesmo tempo, as políticas sensíveis ao contexto não emergem necessariamente dos níveis de governança regionais. Actores regionais como os *Länder* alemães ou a região autónoma espanhola da Catalunha, com um longo passado de financiamento de universidades (Charles, 2006), estão a levar a cabo políticas descontextualizadas de ciência e ensino superior; além disso, muitos actores regionais, na sua demanda por uma posição global, demonstram pouca preocupação com questões de equidade ou de redistribuição. O discurso dominante nas regiões inglesas pode ser caracterizado como de excelência contextualizada, com aqueles que defendem uma abordagem mais sensível ao contexto a serem largamente marginalizados no âmbito da procura do sucesso a nível global.

A identificação dos tipos de discurso com os contextos nacionais ou regionais é claramente problemática. No entanto, a desagregação dos interesses nacionais e regionais de acordo com diferentes domínios de intervenção revela uma certa arrumação de posições, transversal às escalas de governança. Os discursos científicos relacionados com a contextualização do debate excelência/relevância não são definidos pelas fronteiras geográficas ou de governança mas pelas fronteiras das esferas das actividades anteriormente diferenciadas. Por exemplo, a excelência descontextualizada é característica dos responsáveis pelas políticas de ciência, investigação e ensino superior; a relevância competitiva é a lógica dominante de intervenção nos sectores ou ministérios económicos e comerciais; os responsáveis pelo desenvolvimento económico regional, bem como os responsáveis pela inovação nos níveis nacionais e subnacionais tendem a convergir em torno de uma aceção contextualizada de excelência, centrando-se na atracção e posterior exploração de determinadas instituições e produtos científicos; já a relevância contextualizada tem sido objecto de pouca atenção, sendo os seus defensores classificados à vez como “políticos” ou “ingénuos”. Embora a discussão interministerial tenda a ser incipiente, o reconhecimento das interligações entre ciência e economia reflectiu-se já, no Reino Unido, na Alemanha e em França, na reestruturação e fusão dos ministérios da ciência, investigação e economia (Dresner, 2001).

O reconhecimento da heterogeneidade nacional na área do ensino superior e investigação científica está, de forma explícita, no centro das evoluções mais recentes na União Europeia (Conferência de ministros responsáveis pelo ensino superior, 2003: 2). Apesar das medidas destinadas a fortalecer as instituições de nível europeu, como o Conselho Europeu de Investigação e a Área Europeia de Investigação, a ênfase é explicitamente colocada na diversidade de abordagens no interior de quadros gerais comuns (Senker e outros, 1999). Jasanoff (1997) sublinha a forma como os elementos globais de convergência são filtrados — e diluídos — pelos sistemas nacionais relativos às fronteiras e à autonomia da CTI, mesmo no contexto da fragmentação do estado como unidade tradicional de análise. É sem dúvida este o caso e é notória a diferença das várias respostas nacionais ao desafio da economia do conhecimento global. No entanto, na prática, verifica-se uma certa convergência, decorrente de uma interpretação descontextualizada tanto da excelência como da relevância.

A excelência descontextualizada e a relevância competitiva ditam os contornos da economia do conhecimento neoliberal emergente. Nem o espaço nem o território são valorizados na demanda pelo sucesso global; além disso, a compreensão dos contextos no interior dos quais a excelência ou a relevância podem ser construídos é limitada e parcial. A tolerância face a uma abordagem à ciência, investigação e ensino superior sensível ao contexto encontra-se restringida a uma forma particular de ver regiões e cidades como financiadores e beneficiários indirectos dos investimentos científicos. As regiões são autorizadas a explorar as instituições e os produtos científicos — para garantir a relevância — deixando às agências nacionais o papel de guardiãs da excelência. A política de ciência regional é quase sempre sinónimo de ciência de segunda linha e os debates mais recentes em Inglaterra mostraram como o papel das agências regionais — mesmo como

entidades financiadoras — é polémico a este respeito. Mesmo dentro dos contextos locais e regionais, assistimos a uma defesa paradoxal da suposta supremacia de visão acrítica de “excelência” científica e da infalibilidade dos processos de *peer-review* (Perry, 2006). Os actores subnacionais aderiram em larga medida a um paradigma de excelência redutor, pondo assim de parte questões de distribuição, igualdade e coesão social. O resultado, em contraste com o modelo europeu de crescimento equilibrado, é a competição (Sharp, 1998) e a concentração crescente de excelência científica em localidades particulares, nas quais a filosofia da “sobrevivência dos mais fortes” reina incontestada. A próxima secção lida com as implicações destas transformações para as universidades enquanto locais distintivos e também para a ordem universitária global.

As universidades e a agenda regional: a terceira missão como opção de recurso

Face a estas pressões, como compreender o papel, o lugar e o futuro da universidade enquanto centro de produção e transmissão de conhecimento? Ao procurarmos esclarecer esta questão, devemos primeiro considerar que — tal como se depreende dos vários enquadramentos de política a nível internacional, nacional e local — as universidades são objecto de muitas e variadas expectativas. As universidades desempenham vários papéis: educar e formar estudantes; produzir investigação de excelência de acordo com critérios de *peer-review*; inovar de forma a aumentar a produtividade, através de relações de colaboração com parceiros externos; produzir investigação relevante de acordo com as necessidades de organizações clientes; contribuir socioeconomicamente para as localidades onde se situam e para as empresas em geral; e desenvolver os valores cívicos no espaço público (Clark, 1998).

Em geral, a produção de conhecimento é uma função face à qual a universidade esteve sempre bem colocada; só que, hoje em dia, a tónica põe-se na retirada de benefícios económicos do conhecimento produzido na universidade. O que antes era muitas vezes tido como um benefício inquestionável está agora aberto à discussão e à competição com outros locais de produção de conhecimento (Fuller, 2000; Gibbons e outros, 1994). As oportunidades de desenvolvimento para as universidades situam-se não apenas no plano da inovação através da ligação às empresas, mas também no plano da intervenção social e do desenvolvimento de competências. É por estas razões que o papel pedagógico das universidades e a sua contribuição para as questões sociais e culturais são fundamentais. As universidades não se limitam a produzir conhecimento; disseminam-no também junto dos estudantes e, dessa forma, desempenham um serviço público — no sentido em que aproximam as pessoas num mundo crescentemente individualizado (Beck e Beck-Gernsheim, 2002).

Assistimos assim, em conjunto com a transformação de noções sobre o valor e o papel das universidades, a uma crescente ênfase sobre o imperativo cívico ou moral segundo o qual as universidades devem servir as comunidades em que estão inseridas (Delanty, 2001). Para alguns autores, o papel mais importante das universidades é o de

serem locais de diversidade de conhecimento num mundo em que os legisladores procuram a ordem (Bauman, 1989). A “produção de valores” é um papel que é desde há muito atribuído às universidades. No entanto, num mundo multiétnico e multicultural em transformação acelerada, a produção e a reprodução de valores tornam-se ainda mais importantes, de forma a permitir o enraizamento entre as gerações futuras de uma ética e de uma moral que reflectam as diversidades existentes nas sociedades contemporâneas — e não ordens de inspiração hierárquica (Bauman, 1997).

A diversidade de papéis atribuídos às universidades deu origem à noção de “terceira missão”, ou seja, o reconhecimento de que as universidades desempenham funções que ultrapassam a investigação e o ensino e que se relacionam com papéis económicos, sociais e cívicos mais abrangentes (Harloe e Perry, 2004). A ascensão do financiamento proveniente da prestação de serviços tem acompanhado esta evolução, à medida que o investimento público em investigação e desenvolvimento, por si só, vai ficando muito distante das metas internacionais e nacionais. Os actores subnacionais são proponentes notórios da terceira missão e olham cada vez mais para as universidades como instrumentos de desenvolvimento e motores de desenvolvimento (Castells e Hall, 1994). As regiões alimentam expectativas crescentes sobre as universidades, esperando da CTI mudanças na sua situação económica e o renascimento de novas identidades territoriais. Do ponto de vista das universidades, este envolvimento é sustentado por uma combinação complexa de altruísmo e instrumentalismo, radicando tanto no reconhecimento da legitimidade das exigências que lhes são colocadas enquanto instituições financiadas por dinheiros públicos como na necessidade de procura de financiamentos adicionais num contexto de restrição orçamental.

Inerentes a estes diversos papéis estão conjuntos de expectativas que relevam de diferentes valores. O seu equilíbrio global é mediado por diversos quadros de acção em múltiplas escalas, com os incentivos a surgirem de fontes de financiamento alternativas. É neste ponto que a economia política internacional anteriormente descrita entra em jogo. As contradições entre as motivações para a excelência internacional e as motivações para a colaboração de benefício regional parecem evidentes. Por um lado, afirma-se que a investigação tem de ser levada a cabo num plano internacional, de forma a preencher os requisitos da excelência de “classe mundial”; por outro lado, a investigação precisa de estar envolvida em contextos locais e regionais — isto se se pretender que os benefícios esperados do conhecimento para a economia sejam concretizados na sua localidade. O cariz descontextualizado do paradigma neoliberal conduz a uma série de suposições apriorísticas sobre como a excelência na investigação levará, de uma forma ou de outra, à relevância numa dada localidade — como se houvesse uma espécie de relação automática entre o local onde a universidade está implantada e os benefícios que revertem para essa mesma área.

A hegemonia dos discursos da excelência descontextualizada e da relevância competitiva deu origem a outras suposições apriorísticas sobre as relações entre investigação, ensino e actividades de terceira missão — suposições essas que ditam as formas “apropriadas” de medição do sucesso de uma universidade. Por exemplo, ideias como transferência de conhecimento — preferimos a expressão “troca”

— dependem em grande parte de dados quantitativamente mensuráveis como o número de patentes registadas e/ou o número de empresas criadas. Questões de responsabilização organizacional são definidas de acordo com metas: o desempenho é avaliado pela capacidade de captação de recursos; o impacto económico é mediado pela produção das empresas subsidiárias, patentes e pela capacidade de atracção de investimento externo, enquanto as pontuações atribuídas à investigação e ao ensino são tidos como indicadores fundamentados de excelência. É possível identificar tensões consideráveis entre os vários objectivos e aspirações das universidades: por exemplo, o papel cívico da universidade possui um potencial de antagonismo em relação à importância dada ao conhecimento como mercadoria. Predomina assim um modelo hipodérmico de transferência do conhecimento, que avalia o valor do que é produzido de acordo com um conjunto de instrumentos económicos concebidos de forma redutora e que se baseiam na medição do impacto e do rendimento.

Nestas circunstâncias, diferentes académicos desempenham papéis particulares, estimulados pelos contextos da sua produção de conhecimento face aos quais, no entanto, se mantêm em grande parte indiferentes. A ideia de que as características individuais são as únicas responsáveis pela excelência e/ou pela inovação é promovida, por exemplo, através do ensino do empreendedorismo e da iniciativa como áreas de estudo segmentadas. É óbvio que o “carácter” é importante; mas o enfoque exclusivo nesta componente origina uma indiferença face às condições institucionais da produção de conhecimento — e que permite a defesa de um saber pericial separado dos contextos. Estes contextos são de índole política, bem como de índole social, económica ou cultural; por exemplo, Dresner refere a forma como a comunidade científica na Alemanha tirou partido das dificuldades dos governos federal e dos *Länder* em alcançarem um acordo político para conseguir um grau de autonomia excepcionalmente elevado (Dresner, 2001: 110). Perpetuam-se culturas individualistas, nas quais é dada prioridade às reivindicações de autonomia profissional por parte dos académicos em prejuízo das condições necessárias para conseguir essa autonomia — isto é, a autonomia institucional (May, 2005). Cria-se assim uma predisposição — face aos efeitos destas transformações sobre as culturas académicas — para identificar as mudanças sobre o “como” as práticas ocorrem através da medição “daquilo” que é produzido. Em geral, isto gera uma indiferença face ao contexto que se reflecte nas reivindicações de corporativismo académico (May, 2006).

Daqui decorrem duas consequências. Em primeiro lugar, as expectativas contraditórias e as estruturas de financiamento conduzem a uma apetência, da parte dos legisladores, políticos e dirigentes universitários, por programas de demonstração de relevância de curto prazo; e, ao mesmo tempo, por programas de busca da excelência mais sustentados e de longo prazo. A noção de resultados imediatos influencia fortemente os critérios de relevância face às exigências crescentes de serviço à economia, conduzindo ao que alguns autores designam como “capitalismo académico” (Slaughter e Leslie, 1997). No entanto, é a procura da excelência que predomina, produzindo hierarquias com base em tabelas classificativas abstractas; as suas falhas podem ser notórias, mas tal não impede o impulso frenético entre as universidades para a

obtenção de um lugar nos *rankings*. As instituições tendem a competir em vez de colaborar, ambicionando a obtenção do difícil rótulo de “classe mundial”. Desta forma, algumas universidades podem estar “situadas numa” dada localidade, sem “serem dessa” localidade (May e Perry, 2006b). Os elementos das actividades de “terceira missão” que suportam esse papel de “classe mundial” — como as colaborações com a indústria ou a obtenção de financiamentos regionais — são vistos como um degrau na obtenção de uma posição global; daqui resulta que as actividades menos visíveis — mas possivelmente mais relevantes em termos sociais e económicos — são relegadas para o domínio das universidades menos prestigiadas. A diversificação de papéis acompanha assim a estratificação nos sistemas universitários, com a “terceira missão” a tornar-se a opção de recurso para as universidades que se encontram fora dos escalões mais elevados da hierarquia global.

O problema é que as expectativas subnacionais não são idênticas em todas as universidades. Universidades de elite, no topo dos *rankings* mundiais, são altamente valorizadas pelos seus supostos benefícios — no entanto, são outras instituições que têm de responder a agendas relacionadas com a terceira missão. É aqui que entra em jogo a cultura de investigação: a autonomia do professor e o seu direito a decidir sobre o seu trabalho estão constitucionalmente consagrados na Alemanha, enquanto que o forte movimento grevista de 2004 entre os cientistas franceses — em reacção às propostas de reforma do sistema de investigação — obrigou a um recuo nas políticas francesas. Mesmo em sistemas mais neoliberais, as exigências regionais sobre as universidades resumem-se a que estas desempenhem as funções de agentes físicos, de captação de recursos e de parceria política. Assistimos assim a uma certa capacidade da ciência para se proteger a si própria — contrariando as narrativas sobre a sua suposta queda e deslegitimação — face a uma relevância tida como invasiva; mas tal capacidade encontra-se dependente de posições na hierarquia regional, nacional e global.

Também se verificam consequências no plano disciplinar. Utilizámos até aqui o termo “ciência” na sua acepção mais lata, sem especificações disciplinares, englobando assim as ciências sociais, as artes e as humanidades. No entanto, no contexto das pressões acima descritas, acabam por ser atribuídos valores distintos aos diferentes tipos de conhecimento e de saber pericial. As ciências físicas tenderam até agora a ser mais valorizadas quanto aos seus potenciais benefícios económicos, apesar do reconhecimento da intangibilidade e incerteza dos seus resultados em diferentes escalas temporais. Subsistem dúvidas sobre a proporção de aplicações derivadas viáveis que possam ser criadas a partir das ciências da vida, dados os elevados investimentos necessários — ainda que os estudos sistemáticos nesta área sejam ainda escassos (Nightingale e Martin, 2004). Paralelamente, os contributos potenciais das ciências sociais, das artes e das humanidades têm sido largamente ignorados, apesar do reconhecimento da existência de um lado mais “flexível” nos processos de inovação, da necessidade da sensibilidade ao contexto e da importância do conhecimento tácito e incorporado face ao conhecimento codificado e explícito (Baumard, 1999; Polanyi, 1966; Simmie e outros, 2002). Além das disciplinas, estão também em causa epistemologias mais amplas no que se refere ao valor atribuído às diferentes

formas de conhecer (Harding, 2006). Assim, o “apelativo” triunfa sobre o vulgar; o tangível sobre o intangível; o rendimento sobre os resultados; e noções reductoras de medição sobre a ideia de compreensão.

Não é assim surpreendente que estas pressões tenham levado a uma série de transformações organizacionais, com consequências institucionais diversas. Em primeiro lugar, o equilíbrio entre a orientação⁵ e a autonomia está alterar-se (Wagner, 2004). Na Alemanha e em França, o aumento dos esforços de orientação das universidades e programas de investigação é, paradoxalmente, acompanhado por uma autonomia crescente das universidades. A orientação está relacionada com as estruturas de governança e com a natureza das relações centro-local (Senker e outros, 1999), de onde a importância da clareza na elaboração na reforma das políticas de ciência federais na Alemanha. A autonomia é vista como um requisito tanto para a excelência científica como para a relevância económica, com os incentivos e o financiamento orientados para projectos a serem utilizados como alavancas políticas para influenciar o comportamento académico. O objectivo é replicar o modelo competitivo britânico de ensino superior e investigação, aumentando o número de mecanismos indirectos de incentivo e introduzindo no sistema uma maior instabilidade e flexibilidade através, por exemplo, da redução do financiamento ordinário.

Em segundo lugar, a coordenação interna das universidades necessita de adequação para responder às expectativas externas. O tradicional modo de organização burocrático e centralizado da universidade é posto em causa pela exigência de flexibilidade nas respostas a mudanças cada vez mais imprevisíveis no meio envolvente e às necessidades das diferentes localidades e grupos sociais. Novas formas organizacionais são apresentadas como necessárias para permitir a incorporação rápida, nas respostas organizacionais, das mudanças no meio envolvente. O equilíbrio entre a burocracia centralizada e as formas flexíveis para a universidade requer não apenas uma gestão imaginativa e um desenho institucional apropriado, mas também a combinação certa de competências, valores e conhecimento entre o pessoal, nas várias unidades organizacionais que compõem a universidade. Todavia, isto levanta, junto de quem trabalha nas universidades, um conjunto complexo de questões sobre o propósito da sua actividade, bem como sobre o que pode ser esperado do ensino superior quanto a impactos positivos sobre o desenvolvimento social e económico. Transformar oportunidades em realidades tangíveis coloca um número significativo de desafios. Estes têm de ser geridos de uma forma que não seja indiferente às práticas correntes nem aos futuros sustentáveis nos contextos particulares.

A resposta a estes desafios levanta questões de liderança e de gestão. As universidades podem ambicionar serem internacionais de forma a atrair investimento externo, mas precisam também de ser sub-regionais e regionais para serem de benefício, atraírem diferentes tipos de financiamento e mobilizarem o apoio político de que necessitam para sobreviver. Isto implica examinar a relação entre resultados pretendidos e resultados alcançados, bem como uma liderança política que efectue um fechamento

5 *Steering* no original (N. do T.).

num terreno que de outra forma é aberto, e que esteja disposta a aprender e a reconhecer os seus erros. A presença deste tipo de liderança não é condição suficiente para impedir o livre prosseguimento dos vários interesses; no entanto, é condição necessária para assegurar outros benefícios para além dos interesses limitados das instituições, organizações e profissões associadas à universidade. Colocam-se então questões quanto à gestão de objectivos antagónicos, que podem ser facilmente internalizados dentro da organização e incrementar os graus de politização dos seus propósitos e dos seus processos. Estas questões são frequentemente ignoradas e acabam, em vez disso, por se manifestar: na necessidade de lançamento de reestruturações organizacionais centradas no processo e que não têm em devida conta o propósito; ou na construção de visões que não trazem qualquer contributo significativo para as actividades específicas que fazem diferença para o seu futuro.

No processo de transformação da universidade, a retórica ultrapassa rapidamente a acção e a busca do produto ultrapassa a consideração do propósito e do valor (May, 2001). A mudança é procurada a uma velocidade tal que pouca atenção é dada ao número de questões subjacentes que importa clarificar e responder, de forma a construir uma base sólida para essa mudança. Em consequência, continua a existir potencial por realizar. As universidades precisam de melhorar muito ao nível dos processos de comunicação interna e interinstitucional — especialmente dadas as dificuldades criadas por uma cultura de auditoria (Power, 1999). Aqueles que trabalham em universidades dificilmente julgarão apelativas as iniciativas para actividades de terceira missão quando já sofrem de saturação de iniciativas. Em muitos casos, a inovação acaba por não ser mais do que a omissão do passado e da importância do contexto. Ora, num contexto, é a discrepância razoável e superável entre o real e o potencial de acordo com valores e objectivos que precisa de ser respondida, em parceria com as comunidades, o terceiro sector, os governos locais, regionais e nacionais e as empresas.

Apesar destes problemas, conhece-se relativamente pouco sobre os contextos que permitem e limitam as relações existentes entre as expectativas das políticas e a capacidade efectiva de resposta das universidades aos vários grupos. Pelo contrário, saltamos de iniciativa em iniciativa sem retirar conhecimento suficiente das experiências, o que faz com que as expectativas sejam ou demasiado impraticáveis ou deixadas por concretizar. O contexto é importante; no entanto os modelos são frequentemente apresentados como soluções instantâneas ou curas para o desenvolvimento. Cuidado com aqueles que têm soluções instantâneas, pois cometem a falácia de acreditar que o modelo da realidade é a realidade do modelo. Iniciativas de conteúdo vago são propícias a serem preenchidas por vários interesses, sem que haja tempo suficiente para consulta pública ou para uma compreensão geral das condições para o sucesso. Como resultado, existe um *missing middle* (SURF, 2006) entre as aspirações das universidades em relação ao desenvolvimento socioeconómico, a natureza dos enquadramentos das políticas, a governança das relações de cariz espacial e as formas e capacidades organizacionais. As iniciativas são conduzidas por um entusiasmo autoperpetuado em que a busca da excelência se torna a sua própria razão de ser. O *missing middle* é povoado por uma série de questões que requerem resposta directa.

Em primeiro lugar, quais são as relações entre as culturas de produção acadêmica e a recepção de conhecimento que não pressupõem os modelos hipodérmicos simplistas de transferência de conhecimento? Aqui, a importância da mobilidade acadêmica é muitas vezes de importância crucial. Se há uma necessidade de pessoal altamente qualificado, então a sua exportação para outros países sem um correspondente influxo é problemática. É necessário resolver problemas de retenção, o que implica desenvolver ligações e oportunidades com as organizações locais e regionais e estabelecer uma oferta distintiva de universidades. Em segundo lugar, temos as questões da localização da universidade face ao desenvolvimento socioeconómico e à coerência e consistência das estruturas de governança. Apesar de termos descrito a forma como muitas das políticas se regionalizaram, tal não liberta os estados nacionais da necessidade de assegurar a equidade entre regiões — ou entre estados — e de assegurar que existe valor acrescentado através da cooperação. Em caso de redução do papel do estado nas políticas de desenvolvimento, serão as regiões mais fracas, mais pobres e menos acessíveis que sairão a perder. A criação de competição sobre recursos escassos não exime os governos das suas responsabilidades de promoção da justiça social. Sem isso, os fortes ficam ainda mais fortes, abandonando os fracos à sua sorte.

Estes são apenas alguns dos assuntos que não têm sido objecto de investigação sistemática e comparativa e que, apesar disso, influenciam directamente a eficácia das iniciativas que envolvem as universidades em colaboração com diversos parceiros sociais, económicos e cívicos em diferentes escalas. Sem a sua compreensão, o carácter distintivo da universidade enquanto local de produção, transmissão e recepção de conhecimento surge diminuído — na mesma proporção que a sua contribuição para o desenvolvimento à escala local, regional, nacional e internacional. Questões em torno de mensagens políticas contraditórias e da capacidade institucional indiciam a necessidade urgente de uma avaliação adequada das relações entre as expectativas e a capacidade de as concretizar. Ouvimos falar muito sobre “o que fazer”, mas muito pouco sobre “para quem, por quem, com que capacidade e de acordo com que efeitos pretendidos”.

Sumário

As transformações que descrevemos como operando a um nível global são sintomáticas do intangível em busca do inexecutável. Encontramos conceitos de conteúdo vago sem preocupação com o contexto — como se pudessem flutuar livremente entre as tangibilidades das localidades particulares. Tais sonhos neoliberais fazem sempre vítimas — que são sempre os mais pobres. Todavia, não apresentamos uma defesa de um qualquer sonho nostálgico de uma era longínqua de autonomia institucional mas apelamos, em vez disso, a uma compreensão mais sofisticada do lugar, valor e papel das universidades na sociedade. Tal debate e compreensão estão a ser postos de lado em favor de decretos governamentais e da suposta natureza da economia global. Aquilo a que assistimos é a conjuntos de expectativas das agências nacionais e regionais sobre as universidades. Todavia, há problemas reais

sobre a capacidade de resposta das instituições — em particular no contexto de quadros de financiamento e de lógicas de política dominantes que favorecem determinados comportamentos. Existe uma discrepância entre expectativa, capacidade e contexto que necessita de ser respondida para que as vantagens do envolvimento da universidade possam ser concretizadas — sem, evidentemente, comprometer a integridade ou a qualidade daquilo que é produzido.

O que se perde em tudo isto é a noção do que é distintivo na universidade. Para alguns, tal implica a exibição, pelas universidades, de processos de “desaceleração” que abrandem deliberadamente os supostos imperativos envolventes de cariz económico e de resistência à desdiferenciação das esferas de actividade que seriam, de qualquer forma, bastante exageradas (Pels, 2003). Isto requer uma compreensão partilhada dos contextos organizacionais necessários para a produção e transmissão de um conhecimento que seja distintivo. Se tal não ocorrer, qual o futuro da universidade e porque quererão as pessoas aí trabalhar? É aqui que um equilíbrio entre o curto e o longo prazo se torna necessário. Na busca da distintividade, é possível dizer que a combinação entre culturas profissionais particulares e a velocidade da produção do conhecimento conduz a uma forma diferente de conhecimento. Sem uma compreensão adequada da distintividade no que as universidades oferecem enquanto locais de produção de conhecimento — e que permitiria uma defesa mais clara do seu papel e do seu valor na sociedade — a justificação cai facilmente no domínio daqueles cujos interesses residem noutros contextos. Tal não enfraquece apenas a distintividade mas também a legitimidade das suas actividades que, em última análise, pertencem ao domínio público. É altura de abordar estas questões com uma sensibilidade ao contexto que não implique nem uma dependência completa desse contexto nem um universalismo abstracto.

[Tradução de Pedro Estêvão]

[Revisão científica de Luísa Oliveira]

Referências bibliográficas

- Bache, I., e M. Flinders (2004), “Multi-level governance and British politics”, em *Multi-Level Governance*, Oxford, Oxford University Press.
- Bauman, Z. (1989), *Legislators and Interpreters: On Modernity, Post-Modernity and Intellectuals*, Cambridge, Polity Press.
- Bauman, Z. (1997), *Postmodernity and its Discontents*, Cambridge, Polity Press.
- Baumard, P. (1999), *Tacit Knowledge in Organizations*, Thousand Oaks, CA, Sage Publications.
- Beck, U., e E. Beck-Gernsheim (2002), *Individualization: Institutionalized Individualism and Its Social and Political Consequences*, Londres, Sage Publications.
- Borras-Alomar S., T. Christiansen, e A. Rodriguez-Pose (1994), “Towards a ‘Europe of the Regions’? Visions and reality from a critical perspective”, *Regional Policy and Politics*, 4 (2).
- Brenner, N. (2004), *New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood*, Oxford, Oxford University Press.

- Castells, M., e P. Hall (1994), *Technopoles of the World*, Londres, Routledge.
- Castells, M. (2002), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* (Vol. 1: A Sociedade em Rede), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Charles, D., B. Perry, e P. Benneworth (2004), *Towards a Multi-Level Science Policy: Regional Science Policy in a European Context*, Reino Unido, Regional Studies Association.
- Charles, D., e P. Benneworth (2001), "Are we realising our potential? Joining up science and technology policy in the English regions", *Regional Studies*, 35 (1).
- Charles, D. R. (2006), "Multi-level university systems models", *Regions Newsletter*, 263, pp. 7-8.
- Clark, B. (1998), *Creating Entrepreneurial Universities: Organizational Pathways of Transformation*, Nova Iorque, Pergamon.
- Conferência de ministros responsáveis pelo ensino superior (2003), *Comunicado Oficial da Conferência de Ministros Responsáveis pelo Ensino Superior, 19 de Setembro, Berlim: Realizar a Área Europeia de Ensino Superior*, Lisboa.
- De la Mothe, J. (2001a), "Knowledge, politics and governance", em De la Mothe (org.) *Science, Technology and Governance*, Londres e Nova Iorque, Continuum.
- De la Mothe, J. (org.) (2001b), *Science, Technology and Governance*, Londres e Nova Iorque, Continuum.
- Delanty, G. (2001), *Challenging Knowledge: The University in the Knowledge Society*, Buckingham, Society for Research into Higher Education e Oxford University Press.
- Dresner, S. (2001), "A comparison of RTD structures in EU Member States", em S. Dresner e N. Gilbert (orgs.), *The Dynamics of European Science and Technology Policies*, Aldershot, Ashgate.
- Drucker, P. (1998), *From Capitalism to Knowledge Society*, em D. Neef (org.), *The Knowledge Economy*, Boston, Butterworth-Heinemann.
- Florida, R. (2002), *The Rise of the Creative Class and How It's Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life*, Nova Iorque, Basic Books.
- Fuller, S. (2000), *The Governance of Science*, Buckingham, Open University Press.
- Gibbons, M. (2001), "Governance and the new production of knowledge", em J. de la Mothe (org.), *Science, Technology and Governance*, Londres e Nova Iorque, Continuum, pp. 33-49.
- Gibbons, M., C. Limoges, H. Nowotny, S. Schwartzmann, P. Scott, e M. Trow (1994), *The New Production of Knowledge*, Londres, Sage Publications.
- Gieryn, T. (1999), *Cultural Boundaries of Science: Credibility on the Line*, Chicago, University of Chicago Press.
- Harding, S. (2006), *Science and Social Inequality: Feminist and Postcolonial Issues*, Urbana e Chicago, University of Illinois Press.
- Harloe, M., e B. Perry (2004), "Universities, localities and regional development: the emergence of the Mode 2 university?", *International Journal of Urban and Regional Research*, 28 (1), pp. 212-223.
- Hellstrom, T., e M. Jacob (2000), "The scientification of politics or the politicisation of science? Traditionalist science-policy discourse and its quarrels with Mode 2 epistemology", *Social Epistemology*, 14 (1).
- Jasanoff, S. (1997), *Introduction*, em *Comparative Science and Technology Policy*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing.

- Jeffrey C. (2000), "Sub-national mobilisation and European integration: does it make any difference?", *Journal of Common Market Studies*, 38 (1), pp. 1-23.
- Jessop, B. (2002), *The Future of the Capitalist State in Its Place*, Cambridge, Polity Press.
- Knorr-Cetina, K. (1999), *Epistemic Cultures: How the Sciences Make Knowledge*, Harvard, Harvard University Press.
- Le Galès, P. (1998), "Regulations and governance in European cities", *International Journal of Urban and Regional Research*, 22 (3), pp. 482-506.
- Le Galès, P. (2002), *European Cities: Social Conflict and Governance*, Oxford, Oxford University Press.
- Luque, E. (2001), "Whose knowledge economy?", *Social Epistemology*, 15 (3), pp. 187-200.
- Liotard, J. F. (1989), *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa, Gradiva.
- Marks, G. (1993), "Structural policy and multi-level governance in the EC", em A. W. Cafruny and G. Rosenthal (orgs.), *The State of the European Community* (Vol. 2: The Maastricht Debates and Beyond), Harlow, Lynne Rienner Publishers.
- May, T. (2001), "Power, knowledge and organizational transformation: administration as depoliticisation", *Social Epistemology*, 15 (3), pp. 171-186.
- May, T. (2005), "Transformations in academic production: context, content and consequences", *European Journal of Social Theory*, 8 (2), pp. 193-209.
- May, T. (2006), "The missing middle in methodology: occupation cultures and institutional conditions", *Methodological Innovations Online*, 1 (1). Disponível em www.methodologicalinnovations.org.
- May, T., e B. Perry (orgs.) (2006a) "Universities in the knowledge economy: places of expectation / spaces for reflection?", *Social Epistemology*, 20 (3-4).
- May, T., e B. Perry (2006b), "Cities, knowledge and universities: transformations in the image of the intangible", *Social Epistemology*, 20 (3-4), pp. 259-282.
- Mustar, P., e P. Laredo (2002), "Innovation and research policy in France (1980-2000) or the disappearance of the Colbertist state", *Research Policy*, 31, pp. 55-72.
- Nightingale, P., e P. Martin (2004), "The myth of the biotech revolution", *Trends in Biotechnology*, 22 (11).
- Nowotny, H., M. Gibbons, e P. Scott (2001), *Rethinking Science: Knowledge and the Public in Age of Uncertainty*, Cambridge, Polity Press.
- Ohmae, K. (1995), *The End of the Nation State*, Nova Iorque, Free Press.
- Pels, D. (2003), *Unhastening Science*, Liverpool, Liverpool University Press.
- Perry, B. (2006), "Science, society and the university", *Social Epistemology*, 20 (3-4), pp. 201-219.
- Perry, B., e May, T. (2006), "Regional and local science policies: towards balanced excellence and growth", *Regions Newsletter*, 263, pp. 10-11.
- Polanyi, M. (1966), *The Tacit Dimension*, Garden City, Nova Iorque, Doubleday.
- Power, M. (1999), *The Audit Society: Rituals of Verification*, Oxford, Oxford University Press.
- Readings, B. (1996), *The University in Ruins*, Harvard, Harvard University Press.
- Sanz-Menendez, L., e L. Cruz-Castro (2005), "Explaining the science and technology policies of regional governments", *Regional Studies*, 39 (7).
- Scarborough, H. (2001), "Knowledge a la mode: the rise of knowledge management and its implications for views of knowledge production", *Social Epistemology*, 15 (3), pp. 201-213.

- Senker, J., K. Balázs, T. Higgins, P. Laredo, E. Munoz, M. Santesmases, J. Espinosa de las Monteros, B. Poti, E. Reale, M. di Marchi, A. Scarda, U. Sandstrom, U. Schimank, M. Winnes, H. Skoie, e H. Thorsteinsdottir (1999), *European Comparison of Public Research Systems*, Projecto TSER N.º SOE1 - CT96 - 1036.
- Sharp, M. (1998), "Competitiveness and cohesion: are the two compatible?", *Research Policy*, 27.
- Simmie, J., J. Sennett, P. Wood, e D. Hart (2002), "Innovation in Europe: a tale of networks, knowledge and trade in five cities", *Regional Studies*, 36 (1), pp. 47-64.
- Slaughter, S., e L. Leslie (1997), *Academic Capitalism: Politics, Policies and the Entrepreneurial University*, Baltimore, John Hopkins University Press.
- Smith, A., e F. Webster (orgs.) (1997), *The Postmodern University? Contested Visions of Higher Education in Society*, Buckingham, Open University Press.
- Stehr, N. (1994), *Knowledge Societies*, Londres, Sage Publications.
- Storper, M. (1995), "The resurgence of regional economies, ten years later: the region as a nexus of untraded interdependencies", *European Urban and Regional Studies*, 2 (2), pp. 191-221.
- SURF (2006), *Knowledge Transfer Between Universities and the Health Sectors*. Disponível em: www.surf.salford.ac.uk.
- Turner, S. (2003), *Liberal Democracy 3. 0. Civil Society in an Age of Experts*, Londres, Sage Publications.
- Wagner, P. (2004), "Higher education in an era of globalization: what is at stake", em J. K. Odin e P. T. Manicas (orgs.), *Globalization and Higher Education*, Honolulu, University of Hawai'i Press.
- Williams, M. (2005), "Situated objectivity", *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 35 (1), pp. 99-120.
- Ziman, J. (1994), *Prometheus Bound: Science in a Dynamic and Steady State*, Cambridge, Cambridge University Press.

Beth Perry é *research fellow* no Centre for Sustainable Urban and Regional Futures (SURF) da Universidade de Salford. *E-mail*: b.perry@salford.ac.uk.

Tim May é professor de sociologia na Universidade de Salford e co-director do Centre for Sustainable Urban and Regional Futures (SURF).

E-mail: t.may@salford.ac.uk.

Resumo/ abstract/ résumé/ resumen

Excelência, relevância e a universidade: o missing middle do envolvimento socioeconómico

A economia política internacional do ensino superior é caracterizada por uma crescente globalização e regionalização de actividades. Neste âmbito, é notória a ênfase colocada no papel das universidades como motores de desenvolvimento económico e social. No entanto, o cariz descontextualizado das pressões globais neoliberais

coloca às universidades um conjunto de problemas, tornando necessária a consideração de um *missing middle* entre os contextos de produção de conhecimento e os contextos da sua aplicação. O presente artigo explora estas questões num contexto comparativo, recorrendo a trabalho empírico sobre as políticas regionais de ciência na Europa. O artigo está organizado em três secções. Em primeiro lugar, examina as pressões globais que estão a levar a uma reconsideração e a uma mudança de escala da ciência. Em segundo lugar, analisa os discursos em transformação sobre excelência, relevância e política de ciência e, ao fazê-lo, identifica uma convergência entre os modelos nacionais de política de ciência. Em terceiro lugar, examina as implicações que daqui decorrem para a ordem universitária global, incluindo as questões da estratificação e da diversificação e a tensão resultante entre as expectativas em torno do ensino superior e a capacidade deste para as concretizar. É este *missing middle* que necessita de reconsideração, se se pretender que expectativas e capacidade de resposta estejam razoavelmente equilibradas no sentido da obtenção de um maior benefício.

Palavras-chave ensino superior, *missing middle*, globalização, desenvolvimento socioeconómico.

*Excellence, relevance and the university: the missing middle
in socio-economic engagement*

The international political economy for higher education is marked by an increasing globalization and regionalization of activities. In this context, an emphasis on the roles of universities as engines of economic growth and sub-national economic and social development can be seen. However, the decontextualised nature of dominant neo-liberal global pressures gives rise to particular sets of issues for universities and a “missing middle” between contexts of knowledge production and application. This article explores these issues in comparative context, drawing on empirical work undertaken on regional science policies in Europe. It is structured in three sections. First, it examines the global pressures that are leading to a rethinking and rescaling of science. Second, it analyses changing discourses around excellence, relevance and context and in so doing identifies a convergence in models of national science policy. Third, it examines the implications for the global university order, including issues of stratification and diversification and a resulting tension that emerges between the expectations of higher education and their capacities to deliver. It is this missing middle that needs consideration if expectations and capacity are to be more realistically matched for greater benefit.

Key-words higher education, missing middle, globalization, economic and social development.

Excellence, pertinence et l'université: le missing middle de l'engagement socio-économique

L'économie politique internationale de l'enseignement supérieur est marquée par une croissante mondialisation et régionalisation des activités. Dans ce contexte, l'accent est mis sur le rôle des universités en tant que moteurs du développement économique et social. Cependant, le caractère décontextualisé des pressions mondiales néolibérales pose un certain nombre de problèmes aux universités. Il devient nécessaire de prendre en considération le *missing middle* entre les contextes de production de la connaissance et les contextes de son application. Cet article étudie ces questions dans un contexte comparatif, en se basant sur un travail empirique sur les politiques régionales de la science en Europe. L'article s'organise en trois sections. D'abord, il examine les pressions mondiales qui poussent à une reconsidération et à un changement d'échelle de la science. Ensuite, il analyse les discours en transformation sur l'excellence, la pertinence et la politique de la science, tout en identifiant une convergence entre les modèles nationaux de politique de la science. Enfin, il examine les implications qui en découlent pour l'ordre universitaire mondial, notamment les questions de la stratification et de la diversification et la tension entre les attentes autour de l'enseignement supérieur et sa capacité à les concrétiser. C'est ce *missing middle* qui a besoin d'être reconsidéré, si l'on veut que les attentes et la capacité de réponse soient raisonnablement équilibrées afin de pouvoir en tirer meilleur profit.

Mots-clés enseignement supérieur, *missing middle*, globalisation, développement économique et social.

Excelencia, relevancia y la universidad: el missing middle del involucramiento socio-económico

La economía política internacional de la enseñanza superior está caracterizada por una creciente globalización y regionalización de actividades. En este ámbito, es notorio el énfasis colocado en el papel de las universidades como motores de desarrollo económico y social. A pesar de esto, el cariz descontextualizado de las presiones globales neoliberales, presenta a las universidades una serie de problemas, volviendo necesario considerar un *missing middle* entre los contextos de producción de conocimiento y los contextos de su aplicación. El presente artículo explora estos temas en un contexto comparativo, recurriendo al trabajo empírico sobre las políticas regionales de ciencia en Europa. El artículo está organizado en tres secciones. En primer lugar, examina las presiones globales que están llevando a una reconsideración y a un cambio en la escala de ciencia. En segundo lugar, analiza los discursos en transformación sobre excelencia, relevancia y política de ciencia y, al hacerlo, identifica una convergencia entre los modelos nacionales de política de ciencia. En tercer lugar, examina los alcances a nivel universitario global, incluyendo los conceptos de la estratificación, de la diversificación y la tensión resultante entre las

expectativas relacionadas con la enseñanza superior y la capacidad de este para concretizarlas. Es este *missing middle* que necesita ser reconsiderado, si se pretende que expectativas y capacidad de respuesta estén razonablemente equilibradas en el sentido de la obtención de un beneficio mayor.

Palabras-llave enseñanza superior, *missing middle*, globalización, desarrollo económico y social.